

REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Foi publicado, na I Série do Diário da República, de 14 de Maio de 2015, o **Decreto-Lei n.º 80/2015**, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Tal regime legal procede à revogação, entre outros, do anterior regime legal, constante do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (cfr. o artigo 205.º) e entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação (cfr. o artigo 206.º)

Relativamente à nova disciplina legal, permitimo-nos – desde já- destacar o facto das disposições transitórias prescreverem que:

1. As novas regras constante do Decreto-Lei n.º 80/2015 aplicam-se aos procedimentos já iniciados à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo dos atos já praticados e com exceção dos instrumentos de gestão territorial que se encontrem na fase de discussão pública;
2. Na transposição dos planos especiais em vigor para os planos municipais ou intermunicipais, conforme prescreve o artigo 78.º da Lei n.º 31/2014, deve ser assegurada a conformidade entre as duas tipologias de planos quer ao nível dos regulamentos, quer das respetivas plantas;
3. Os planos municipais ou intermunicipais devem, no prazo de 5 (cinco) anos após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 80/2015, incluir as (novas) regras de classificação e qualificação dos solos, sob pena de suspensão das normas do plano que carecem de Alteração. De notar, ainda, que a suspensão do plano implica que, na área abrangida, o Município não possa praticar quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

O diploma encontra-se disponível para consulta através do seguinte link: [Decreto-Lei n.º 80/2015](#)